

Palestinos: as Vítimas Ulteriores do Holocausto

Fábio Bacila Sahd

Resumo: Tragédia que culminou na morte de milhões de pessoas, sobressaindo-se quantitativamente dentre estas as de descendência judia, o Holocausto e a memória de suas vítimas são temas de constantes debates. Se, de um lado, estudos de sua especificidade, causas e dimensões já somam um considerável volume, de outro, também são discutidos os usos políticos do fenômeno. Inserido nessa segunda corrente, o presente artigo trabalha com conseqüências e utilizações da lembrança do Holocausto em três momentos da Questão Palestina: primeiro, o período que vai do final da Segunda Guerra Mundial até 1948, ano de fundação do Estado israelense; segundo, o contexto de surgimento daquilo que Norman G. Finkelstein denomina de “indústria do Holocausto”, entre a Guerra de 1967 e a de 1973, e, terceiro, a invasão israelense do Líbano em 1982. A partir de referencial bibliográfico especializado e fontes, busca-se discutir os vínculos entre o fenômeno e a criação do Estado israelense e argüir sobre os usos políticos do mesmo, sobretudo para anuviar crimes praticados contra a população árabe, mais especificamente palestina. Notar-se-á que tal discussão paralela do sentido do Holocausto foi realizada mormente por intelectuais judeus, buscando criticar a instrumentabilização política que o Estado de Israel e os Estados Unidos fizeram do fenômeno para alcançar objetivos nacionais. Em um contexto como o nosso, no qual o assunto tem gerado polêmicas a partir de sua negação pelo “revisionismo”, é salutar contribuir às discussões reiterando a necessidade de fazer uma crítica do uso político do Holocausto, mas que em nenhum momento caia no equívoco de um negacionismo. Conclui-se que, ao longo de sua história o Estado israelense se apropriou e instrumentabilizou o sentido do Holocausto para demonizar inimigos e justificar ações militares. Tal resignificação deslocou seu sentido e explicação, tornando-o um acontecimento deveras diferente e desconectado da cultura moderna, que o explica. Dessa forma, justificou a criação de um Estado étnico, incentivou soldados na promoção de assassinatos e de uma limpeza étnica e legitimou a invasão de outro país. Mais recentemente, figurou em discursos militares no front de Gaza e está servindo de instrumento ideológico para representar o Irã como um possível genocida anti-semite. Trata-se de uma história do tempo presente voltada a compreensão de alguns aspectos políticos do Oriente Médio contemporâneo.

Palavras-chave: Holocausto; Israel; Palestina; Limpeza Étnica; Sionismo; *Nakba*; Resolução 181; Oriente Médio.

“Não devemos permitir que alusões a Auschwitz nos suborne a razão, levando-nos a apoiar a causa errada. Estou falando como marxista de origem judaica, que teve seus parentes sacrificados em Auschwitz e que tem outros que vivem em Israel”

Issac Deutscher, “O judeu não judeu”.

Introdução

Antes de qualquer coisa, como a fala de pessoas que chegam ao extremo equivoco de negar o Holocausto acaba por atrair prontas suspeitas em relação a abordagens críticas do assunto, faz-se necessário elucidar os objetivos do presente artigo. O que se questiona não é a existência ou a natureza desse acontecimento atroz e inegável, que inclusive aqui nem será abordada, mas menções ao mesmo dotadas de implicações ideológicas e políticas. Ou seja, será perscrutada a ideologização do Holocausto para servir a interesses concretos e determinados, mais especificamente em três momentos da trajetória da política orientada pelo sionismo.

Considerando-se a centralidade de tal fenômeno na trajetória dos judeus ao longo do século XX, é natural que o mesmo esteja vinculado, de alguma forma, ao estabelecimento e desdobrar de um Estado judaico na Palestina. Afinal, a fundação de Israel foi outro acontecimento marcante na vida desses povos, inclusive estando ambos muito próximos temporalmente. Sendo assim, tanto a utilização ideológica quanto as conseqüências diretas do Holocausto, sobretudo a morte e o desenraizamento de milhões de judeus, permeiam também a história dos povos árabes, a partir da metade do século passado, sendo mais sentidas pelos palestinos.

Portanto, tendo como pano de fundo o convívio hostil entre árabes e judeus na região da Palestina e adjacências, busca-se averiguar como o Holocausto repercutiu nas relações entre ambos e foi utilizado por autoridades israelenses para alcançar objetivos nacionais e justificar suas ações. Nas palavras da jornalista brasileira Helena Salem, ela própria de família judia,

a imigração sionista no Oriente Médio alterou todo o sistema de relações da região, indispondo povos que, historicamente, não tinham qualquer hostilidade entre si. E o judeu-vítima acabou por fazer na Palestina uma nova vítima. Recusou-se a reconhecer essa vítima, insistindo em manter unicamente para si, como sempre, o *status* choroso, lamentoso, e sobretudo impune da ‘grande vítima’. Como ‘vítimas’, os judeus realizaram todo tipo de ação violenta contra a população árabe: explosão de mercados, destruição de casas, aldeias, mas sempre carregando a pesada cruz nas costas - ‘fazêmo-lo para nossa segurança, matamos para que não nos matem’ (SALEM, 1977, p. 132)

Quanto ao itinerário do presente artigo, em um primeiro momento, será abordada a relação entre o Holocausto e a fundação do Estado de Israel e sua utilização por políticos e militares durante a guerra de 1948. Posteriormente, discutir-se-á seu emprego a partir da guerra de 1967, com base naquilo que Norman Finkelstein denominou de “a indústria do holocausto” e, em um terceiro momento, seu uso político e militar no quadro da guerra civil libanesa.

A referência basilar dessa empreitada, que inclusive a inspirou e a qual se pretende acrescer em dois pontos, é a obra do judeu estadunidense, cujos pais são sobreviventes de campos de concentração, Norman G. Finkelstein, “A indústria do holocausto: reflexões sobre a exploração do sofrimento dos judeus”.

Como o assunto é delicado, fiz questão de mencionar a ascendência judia dos autores envolvidos no mesmo, para dirimir eventuais críticas de tratar-se de autores anti-semitas ou acusações semelhantes. Em grande medida, são autores judeus contrários a política sionista, conhecida por sucessivamente negligenciar as resoluções da ONU, transgredir direitos

humanos e praticar crimes.

O Holocausto, Israel e a limpeza étnica

William Cleveland e Martin Bunton notam que os eventos da Segunda Guerra Mundial, destacando-se de longe o Holocausto, exerceram considerável influência no status futuro do conturbado mandato britânico da Palestina. Mais especificamente, com a propagação de informações acerca da extensão dos crimes perpetrados pelo nazismo, a consciência pública ocidental abraçou a idéia de que o assentamento dos judeus sobreviventes na Palestina poderia ser uma forma de expiação dos horrores aos quais a “civilização ocidental” os submeteu.

Encabeçando esse sentimento de compensação esteve a sociedade estadunidense, sobretudo os cidadãos judeus. Se nos anos entre guerras havia uma generalizada falta de entusiasmo entre estes diante do sionismo, com a deflagração do confronto em 1939 muitos se tornaram convictos apoiadores do Estado judeu na Palestina. A expressão pública dessa guinada foi tanto o Programa Biltmore, um comprometimento maximalista dos sionistas estadunidenses, quanto o apoio do presidente Harry Truman a execução do mesmo, tendo em vista preocupações humanitárias e o crescente poder do lobby sionista sobre o Partido Democrata (CLEVELAND; BUNTON, 2009, p. 261).

A conseqüência direta do Holocausto e desse apoio ao sionismo nos Estados Unidos foi a generalizada crítica a tentativa britânica de cumprir com parte dos termos do documento publicado em 1939 (*White Paper*) para amainar as tensões sociais entre nativos e colonizadores. Se, como conseqüência da Revolta Árabe, entre 1936 e 1939, da Comissão Peel, 1937, e da iminência de uma nova guerra mundial, a Grã-Bretanha estabeleceu novas diretrizes para seu mandato na Palestina, mudando alguns termos e se comprometendo a restringir os interesses exclusivistas sionistas (destacando-se o controle da imigração, a regulamentação da venda de terras a judeus e a criação de um Estado único), a efetivação do *White Paper* de 1939, após a Segunda Guerra, foi alvo de pesadas críticas. Citando Cleveland e Bunton, “a luz daquilo que se tornou conhecido sobre o destino da judiaria européia, a insistência britânica em fazer cumprir as quotas de imigração de 1939 apareceu como uma monstruosa injustiça” (CLEVELAND; BUNTON, 2009, p. 262).

Já próximo ao final da guerra, quando a derrocada do nazismo era questão de tempo, os grupos sionistas cessaram sua colaboração com os esforços de guerra britânicos. Em decorrência de objetivos independentistas e da restrição ao estabelecimento de mais judeus na Palestina, as milícias *Irgun e Lehi* (ou *Stern*) passaram a organizar ataques contra as forças da mandatária, que repercutiram internacionalmente. Apoiando-se nas catástrofes vivenciadas pelos judeus europeus, os sionistas demandavam sua repatriação na Palestina, argumentando que “apenas um Estado judeu poderia providenciar um paraíso para as desenraizadas vítimas da brutalidade nazista” (CLEVELAND; BUNTON, 2009, p. 262).

Paralelamente ao peso do Holocausto na legitimação do apelo sionista por um Estado judeu, após a Segunda Guerra Mundial, outros fatores minaram a oposição da Inglaterra a tal projeto, limitando sua liberdade de ação e forçando-a a envolver os Estados Unidos na negociação do impasse e, posteriormente, a ONU. Dado o insucesso de uma comissão conjunta na tentativa de encontrar um ponto comum entre o posicionamento de sionistas e árabes, a resolução da questão coube a tal instituição. Sendo assim, em abril de 1947, a ONU, respondendo a mensagem britânica que anunciava o final do mandato, convocou uma seção especial da Assembléia Geral, que culminou na criação do Primeiro Comitê, responsável por definir as diretrizes da resolução do impasse palestino (FIELDHOUSE, 2006, p. 205-212).

Conforme aponta André Gattaz, a questão dos refugiados judeus monopolizou a atenção dos membros desse Comitê. Não havia um consenso quanto à relação entre o impasse

palestino e a situação dos desenraizados europeus. A representação pró-árabe defendia o trato diferenciado das duas questões, argumentando que sua apreciação em conjunto era favorável aos sionistas e que, como uma organização já havia sido criada para cuidar dos refugiados, cabia ao comitê da ONU lidar especificamente com o caso palestino. Já o representante sionista defendia exatamente o oposto. Vinculava as duas questões, como se fossem faces de um mesmo problema, e defendia a imigração ilimitada dos judeus para a Palestina.

Sem se chegar a um consenso quanto aos refugiados, após um mês de discussões, o Primeiro Comitê optou pela criação do Comitê Especial das Nações Unidas para a Palestina (UNSCOP). Gattaz observa que, como foram evitadas referências explícitas aos deslocados europeus e a UNSCOP estava autorizada a conduzir investigações onde julgasse necessário, inclusive na Europa, estava garantido o vínculo entre a questão dos refugiados judeus e o problema palestino (GATTAZ, 2003, p. 88-90). Nesse contexto, a estreita relação entre o Holocausto e o apoio de vários países ao assentamento dos sobreviventes na Palestina fica explícita na fala do representante soviético na tribuna da Assembléia da ONU. Assim, em maio de 1947, esteando a visão sionista, Andrei Gromiko discursava nas seguintes palavras:

O povo judeu, podia-se ler no *Pravda*, suportou durante a última guerra sofrimentos e desgraças inauditas. Tais sofrimentos e desgraças são, sem exagero, indescritíveis. É difícil exprimi-los através da secura dos números das perdas infligidas ao povo judeu pelos ocupantes fascistas. Nos territórios onde reinaram os hitleristas, os judeus sofreram um extermínio físico quase total. A população judaica massacrada pelos carrascos fascistas elevava-se aproximadamente a seis milhões [...] A enorme maioria da população judaica da Europa que continuava viva perdeu pátria, seu teto e seus meios de existência. Centenas de milhares de judeus vagueia pelos diversos países da Europa, em busca de um meio de vida, em busca de refúgio. A maioria se encontra nos campos de refugiados, onde continua a suportar grandes privações [...] O fato de nenhum país da Europa Ocidental ter condições de garantir a proteção dos direitos elementares do povo judeu, e defendê-lo contra as violências dos carrascos fascistas explica o desejo dos judeus de terem seu próprio Estado. Negar-lhes esse direito não tem justificativa, principalmente se considerarmos o que ele sofreu durante a Segunda Guerra Mundial ... (POLIAKOV, 1988, p. 33-34)

Infere-se a partir do que aponta Leon Poliakov que, os argumentos do discurso de Gromiko influenciaram diretamente na votação da ONU que, com a resolução 181, aprovou a criação do Estado de Israel. Nas palavras do autor, desde que a fala do representante soviético foi proferida, por mais de um ano, seu embasamento foi desenvolvido “em todos os tons e em todos os países”¹. Nesse mesmo sentido, Josef Weil, judeu ex-membro da juventude sionista, e Alejandro Iturbe, apontam que

desde que Israel surgiu, seus dirigentes e o sionismo utilizaram a chantagem do Holocausto nazista para impor sua política. Frente ao massacre nazista, a comção mundial foi utilizada pelo sionismo para vender a idéia de que a única saída para a perseguição era [a] criação de um Estado judeu na Palestina (ITURBE; WEIL, 2007, p. 34)

Nesse contexto da fundação do Estado de Israel outras duas apropriações do Holocausto como fulcro do discurso político sionista se evidenciam. A primeira concerne ao tratamento mais brando dado pela Grã-Bretanha entre 1944 e 1947 aos guerrilheiros sionistas na Palestina, que utilizavam inclusive de terrorismo para expulsar a mandatária. A segunda se refere aos discursos públicos do “pai fundador” de Israel, David Ben-Gurion, durante a guerra de independência ou *Nakba*, em 1948. Enquanto perpetrava uma limpeza étnica, possibilitada pela considerável superioridade militar judaica, e mostrava à alta hierarquia sionista a fraqueza árabe e a segurança na vitória total, em seus discursos públicos incutia um medo generalizado em sua audiência, pintando um cenário apocalíptico, espécie de possível “Segundo Holocausto” acaso fossem derrotados. Assim, de certa forma, garantia a passividade ou a colaboração de sua população diante da barbárie que as tropas sionistas perpetravam para “purificar” a Palestina (PAPPÉ, 2006, p. 83-87).

Tal alarde não ficava restrito a retórica de Gurion. Era partilhado pelo poeta judeu Natan Alterman e pela alta hierarquia sionista, reunida regularmente em um conselho. O primeiro, já em 1945, comparava os árabes palestinos aos nazistas. Quanto aos segundos, Yigael Yadin, membro do alto escalão, após o Plano Dalet ter sido aprovado fundamentando a limpeza étnica, passou a se preocupar em maquiagem a discrepância entre os discursos catastróficos de uma aniquilação generalizada e a realidade de que as forças israelenses não encontravam nenhum desafio real na “guerra de 1948”. Diante disso, Pappé conclui que, além de manter a população alarmada e reunida em torno da causa sionista,

a tentativa de representar os palestinos, e árabes em geral, como nazistas foi um deliberado plano de relações públicas para assegurar que, três anos após o Holocausto, soldados judeus não iriam ter o coração amolecido quando fossem ordenados para limpar etnicamente, matar e destruir outros seres humanos (PAPPÉ, 2006, p. 72)

Ademais, conforme Pappé, na época da *Nakba*, oficiais passaram a incitar ativamente as tropas sionistas demonizando os palestinos e invocando o Holocausto como o ponto de referência para suas ações. Nesse sentido, o autor destaca que tal qual os judeus na primeira metade do século XX, os palestinos foram desumanizados - inclusive a partir de menções a *Shoah* - para serem transformados em alvos legítimos de expulsão e destruição. Citando-o,

explorando essa mitologia, Israel se tornou apto a, posteriormente, assegurar o massivo apoio das comunidades judaicas ao redor do mundo para seu Estado, enquanto demonizava os árabes como um todo, e os palestinos em particular, aos olhos do público geral nos Estados Unidos. A realidade era, com toda certeza, quase que completamente oposta: os palestinos estavam enfrentando uma expulsão massiva (PAPPÉ, 2006, p. 122)

Considerando aquilo que Uri Avneri (jornalista judeu) chama de “procuração moral” que “garantia” aos sionistas um salvo conduto para fazerem o que quisessem, afinal nenhuma de suas ações poderia ser comparada ao Holocausto, Pappé coloca que, em meio a *Nakba*, os correspondentes internacionais, que acompanharam os acontecimentos de perto, não ousaram criticar abertamente as ações da nação judia. Afinal, haviam-se passado apenas três anos do Holocausto (PAPPÉ, 2006, p. 109).

Em suma, embora a utilização do Holocausto em 1948 tenha sido eficaz para legitimar o Estado judeu, incutir medo na população judia local e “endurecer o coração” dos soldados, o mesmo também teve um fator negativo para os planos sionistas. Pappé lembra que o genocídio de judeus europeus obstruiu o sonho colonialista de uma imigração massiva para reforçar o caráter judaico do Estado de Israel, na medida em que dizimou a muitos e desestimulou os sobreviventes a emigrarem para o novo Estado. Mediante esse contratempo, as lideranças sionistas ashkenazi (judeus europeus), embora relutantes, passaram a incentivar a emigração de judeus “orientais” (*sefardim*), vistos com preconceito na medida em que tinham que ser dês-arabizados (PAPPÉ, 2006, p. 253-254).

A “indústria do Holocausto”

Norman Finkelstein, preocupado em manter a memória real da perseguição, “preservar a integridade do registro histórico” e denunciar os usos políticos e econômicos do Holocausto, faz uma diferenciação entre o acontecimento concreto, Holocausto, e aquilo que chama de “O Holocausto”. Enquanto o primeiro é o processo que culminou na morte atroz de milhares de pessoas (comunistas, judeus, ciganos, homossexuais, etc.), o segundo é sua representação ideológica, cujos “dogmas centrais sustentam interesses políticos e de classes”. O autor defende que “O Holocausto” é uma construção internamente coerente, que tem apenas uma tênue conexão com a realidade, e provou ser uma “indispensável bomba ideológica”. Citando-o, como fruto dos desdobramentos dessa “indústria ideológica”, “um dos maiores poderes

militares do mundo, com uma horrenda reputação em direitos humanos, projetou-se como um Estado “vítima”, da mesma forma que o mais bem-sucedido agrupamento étnico dos Estados Unidos adquiriu o status de vítima” (FINKELSTEIN, 2006, p. 13).

Conforme Finkelstein, se os Estados Unidos e sua população judia não se interessaram imediatamente pelas questões médio-orientais tão logo o “Estado judeu” foi criado, após a Guerra dos Seis Dias (em 1967), quando a supremacia militar israelense ficou explícita, consolidou-se a aliança e pronta identificação. Segundo o autor, foi nesse momento que as elites judias “relembrou O Holocausto”, voltaram-se para Israel e passaram a trabalhar arduamente para solidificar os elos entre seu país e Israel. Para tal, a “indústria do Holocausto” foi “pesadamente estabelecida”, revertendo o silêncio público sobre o genocídio nazista a partir da arrecadação e investimento de uma infinidade de recursos públicos e privados para manter uma memória ideologizada do genocídio nazista. Afinal, se agora Israel era identificado como o principal aliado regional, os judeus não tinham medo de serem acusados de dupla lealdade (FINKELSTEIN, 2006, p. 18-35).

Finkelstein defende que a memória criada pela “indústria do Holocausto” é uma “construção ideológica de interesses investidos”. Ou seja, longe de ser abordado conforme a totalidade de suas evidências históricas criou-se uma exploração industrial em torno do assunto, nas palavras do autor, “desprovida de virtudes”. Em sua ótica, os principais objetivos aos quais tal indústria serve são “justificar políticas criminosas do Estado de Israel e o apoio americano a tais políticas” e extorquir dinheiro de países europeus, em nome das “necessitadas vítimas do Holocausto”, como foi o caso da Suíça e Alemanha (FINKELSTEIN, 2006, p. 18). Ademais, também está vinculada a emergência da política de identidade étnica judaica e ao que chama de “cultura de vitimização”, que difundiu um “fabricado novo anti-semitismo” utilizado para desmoralizar quaisquer críticas a Israel, na medida em que as colocavam como necessariamente infundadas, pois oriundas de um ódio patológico (FINKELSTEIN, 2006, p. 41-48).

O Holocausto e a invasão do Líbano

Talvez o melhor exemplo do uso do “capital moral” criado pelo Holocausto seja a invasão do Líbano por tropas israelenses, em 1982, quando sua “indústria ideológica” serviu novamente ao propósito de legitimar ações militares a partir de uma identificação com o sofrimento dos judeus. Como os objetivos oficiais de tal operação - destruir a ameaça política colocada pela OLP, que se predispunha a respeitar um cessar fogo e buscar um acordo político para a criação do Estado palestino (CHOMSKY, 2006, p. 100-102) - não podiam ser expressos claramente para atrair simpatias, havia a necessidade de “estratégias orwellianas” a fim de se legitimar a invasão. Destarte, paralelamente a constantes referências ao terrorismo, “O Holocausto” novamente cumpriria sua função. Como nota Finkelstein, “no rastro da desastrosa invasão do Líbano por Israel, em 1982, e como as exigências da propaganda oficial israelense ficaram sob o ataque desmoralizador dos “novos historiadores” de Israel, os apologistas tentaram desesperadamente ligar os árabes ao nazismo”. Para tal, nada mais significativo do que alusões ao Holocausto (FINKELSTEIN, 2006, p. 73).

Dessa forma, em 1982, o primeiro-ministro israelense, Menachem Begin, referiu-se com frequência a Segunda Guerra Mundial e ao Holocausto. Segundo o jornalista britânico Robert Fisk, que cobriu os acontecimentos, Begin foi o homem que mais se esforçou para traçar paralelos entre a invasão do Líbano e a Segunda Guerra, entre Hitler e Arafat. Citando-

ele se referia ao Holocausto com tanta frequência que um proeminente historiador judeu do Holocausto escreveu pessoalmente ao primeiro-ministro israelense, implorando-lhe que parasse de usar as vítimas de Auschwitz para justificar a guerra

no Líbano. Pouco adiantou. Para Begin, o Holocausto parecia justificar o injustificável. Um ‘complexo do Holocausto’ havia tomado conta de Begin. ‘Ele vive isso, ele pensa que detém o monopólio sobre seus antecedentes, suas conseqüências, seu significado ...’ (FISK, 2007, p. 14)

Paralelamente a essa utilização do “O Holocausto” para legitimar a invasão do Líbano o mesmo também serviu a outros propósitos. Antes do massacre nos campos de refugiados palestinos em Sabra e Chatila (Beirute, setembro de 1982) - envolvendo altos oficiais israelenses como Rafael Eitan e Ariel Sharon e seus aliados locais - um grupo de aproximadamente trezentos libaneses, pertencentes à milícia maronita Falange (*al-Kataib*), foi selecionado e enviado a Israel para treinar e se preparar em sua guerra contra os palestinos. No documentário *Massaker*, referente às atrocidades cometidas, constam depoimentos de alguns desses milicianos falangistas, co-responsáveis pela execução das mesmas. Nas palavras de um deles,

eles [os israelenses] nos colocaram em uma sala com um projetor. Também estavam presentes oficiais israelenses e homens do serviço secreto. Mostraram-nos um filme sobre como eles foram queimados. Homens e mulheres iam ao chuveiro e abriam as torneiras. Para que? Água. Mas o que vinha, ao invés, os queimava. O filme mostrava isso. Eu nunca tinha visto um filme como este antes. Eu já havia ouvido que os judeus ... Que os alemães tinham assassinado e queimado os judeus, nos tempos de Adolf Hitler e sua namorada. Eles nos mostraram o filme. Nós o assistimos. O filme era em preto e branco. Só em preto e branco. Não era colorido. Nós olhamos para eles, suas roupas, o jeito como eram trancados e queimados. Uma mulher, uma garota, embaixo do chuveiro. Em vez de água, caía petróleo. Eles estavam queimados, eram enterrados. Nós vimos suas roupas e pertences.

Por que eles nos mostraram aquilo? Esta é a questão. Por que não nos mostraram algo como *Bonanza* ou *Tarzan*? Ou um filme pornô? Nós éramos jovens homens em quartéis nas montanhas da Galiléia. Isso teria sido engraçado. O filme era sobre eles mesmos. Eles nos mostraram apenas esse filme. O extermínio dos judeus na Alemanha.

[Entrevistador] - Era dublado em árabe?

- Não, era em inglês.

[Entrevistador] - Então vocês não entenderam muito?

- Nós vimos às imagens. Eles nos mostraram várias cenas. Charles Chaplin estava nelas também. Cenas sobre esse assunto. O filme durou noventa minutos. Eles disseram, ‘amanhã, sábado, nós vamos mostrar a vocês o museu [do Holocausto]’. Eles nos mostraram o museu e depois o *Knesset*. Nós dissemos uns aos outros, ‘eles estão certos’

Percebe-se no depoimento supracitado que, novamente, tal qual ocorrido na limpeza étnica de 1948, o Holocausto foi empregado como fator mobilizador para criar simpatia com a causa israelense. Só que desta vez, tratava-se de um treinamento militar.

Conclusão

Como visto extensamente, a especificidade do fenômeno e a carga emocional a ele subjacente servem para outorgar legitimidade à luta do Estado judeu contra seus inimigos, independentemente se eles têm ou não conexão com os nazistas. Para tal, o Holocausto é deslocado de seu contexto original para direcionar a revolta e o desejo de justiça que gera contra um novo inimigo.

Na década de 1950 e 1960, Gamal Abdel Nasser era Hitler. Nos anos 1990, mais precisamente durante a Guerra do Golfo tal papel coube a Saddam Hussein. Na Faixa de Gaza, durante a criminosa operação Chumbo Fundido (2008-2009) - descrita como um genocídio pelo presidente da Assembléia Geral da ONU -, novamente O Holocausto veio à baila para justificar as matanças (BREAKING THE SILENCE, 2009, p. 81). Um ano depois de findando o conflito, circulou um email intitulado “Holocausto”. Ao abri-lo, a pronta

surpresa. Em um primeiro momento, as cenas horríveis e chocantes do abominável e verídico Holocausto. Em um segundo, o novo Hitler era apresentado: os iranianos. O objetivo explícito era advertir para a necessidade de atacar o Irã antes que outra *Shoah* aconteça.

Lembrando aqui as palavras de Zygmund Bauman, “o Estado judeu tentou usar a trágica memória como um certificado de sua legitimidade política, um salvo-conduto para suas decisões políticas passadas e futuras e, sobretudo, como pagamento adiantado pelas injustiças que pudesse por sua vez vir a cometer” (BAUMAN, 1998, p. 12). Tal seqüestro do sentido do fenômeno implica em uma cegueira, que oculta às demais tragédias que foram e estão sendo cometidas também como resultado da conjugação de fatores da modernidade e em total desrespeito a memória das vítimas reais da maior tragédia humana.

Referências bibliográficas

BAUMAN, Z. *Modernidade e holocausto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

BORGMANN, Monika (et al). *Massaker Sabra et Chatila par ses bureaux*. Strasbourg: Lichtblick film Produktion, 2004.

BREAKING THE SILENCE. *Soldiers' Testimonies from Operation Cast Lead*. Jerusalem: [s.n], 2009. Disponível em: <http://www.shovrimshatika.org/UserFiles/File/ENGLISH_oferet.pdf>. Acesso em: 24/03/2011.

CLEVELAND, W. L.; BUNTON, M. *A history of the Modern Middle East*. Boulder: Westview press, 2009.

CHOMSKY, N. *Piratas e imperadores: antigos e modernos: o terrorismo internacional no mundo real*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

DEUTSCHER, Isaac. *O judeu não judeu e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

FIELDHOUSE, D. K. *Western Imperialism in the Middle East: 1914-1958*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

FINKELSTEIN, N. G. *A indústria do holocausto: reflexões sobre a exploração do sofrimento dos judeus*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2006.

FISK, R. *Pobre Nação: as Guerras do Líbano no Século XX*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2007.

GATTAZ, A. C. *A guerra da Palestina: da criação do Estado de Israel à Nova Intifada*. São Paulo: Usina do Livro, 2003.

WEIL, J. *O que é Israel?*. In: ITURBE, A.; WEIL, J (org.). *O Oriente Médio na perspectiva marxista*. São Paulo: Editora Sundermann, 2007.

PAPPÉ, Ilan. *The ethnic cleansing of Palestine*. Oxford: Oneworld Publications Limited, 2006.

POLIAKOV, L. *Do anti-sionismo ao anti-semitismo*. São Paulo: Editora Perspectiva,

1988.

SALEM, H. *Palestinos, os novos judeus*. Rio de Janeiro: Eldorado-Tijuca, 1977.

¹ Poliakov, 44.